Infoglobo - O Globo - 13 set 2014 - Page #33 http://oglobodigital.oglobo.globo.com/epaper/services/OnlinePrintHandle...

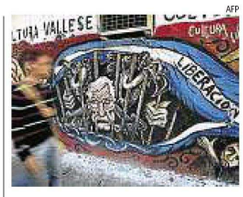
Recall de chupetas

PÁG. 34

6.432

É o número de chupetas da coleção Bichos Ortodôntica, tamanho 2, da Lillo, que serão trocadas em um recall nacional. O desmonte do produto pode causar engasgamento

AFP



Crise da dívida argentina

PÁG. 36

PARA ANALISTAS, NOVA LEI SERÁ INÓCUA

Presidente promulga medida que troca local de jurisdição para bônus externos. Especialistas não veem eficácia

NÓ NA INFRAESTRUTURA

Índios esquecidos

Governo marca leilão para hidrelétrica no Rio Tapajós antes de submeter projeto à Funai

DANILO FARIELLO
danilo.fariello@bsb.oglobo.com.br

-BRASÍLIA- O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou ontem, no Diário Oficial da União, uma portaria marcando para o dia 15 de dezembro o leilão da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Pará, a maior a ser construída nos próximos cinco anos. Porém, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), até o início da tarde de ontem a entidade ainda não havia recebido o estudo do componente indígena para análise. Essa manifestação da Funai é imprescindível para a emissão da licença ambiental exigida antes do leilão em obras que afetam terras indígenas. Esse documento com o componente indígena foi protocolado na Funai apenas ontem, por volta das 17h, depois que o Ministério foi questionado pelo GLOBO sobre a ausência de registro de entrega do estudo.

A usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós tem previsão de investimento de R$ 30,6 bilhões. Entre as etnias afetadas que mais têm criticado o projeto, um grupo de mundurukus tentou, em 2013, invadir o Palácio do Planalto protestando contra novas hidrelétricas na Amazônia.

O leilão foi marcado para 15 de dezembro, ou seja, para daqui a 94 dias. E a Funai terá 90 dias para avaliar os impactos da usina — ou seja, sua análise será conhecida a apenas quatro dias do leilão.

A Funai e os órgãos do setor elétrico entraram em rota de colisão em torno da usina do rio Tapajós em julho, quando a entidade indigenista rejeitou o estudo sobre os efeitos em comunidades da região causados pela construção da hidrelétrica. A Eletrobras, empresa que representa o grupo de estudos do Tapajós junto ao Ibama, incluiu o componente indígena no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) entregue em julho, como ocorre de praxe. Mas, segundo nota da Funai enviada ao GLOBO ontem, em julho a entidade recebeu "um primeiro estudo com dados secundários que não respondia às questões primárias" do componente indígena. Ainda conforme a Funai, esse documento foi retirado em agosto, a pedido da Eletrobras e do Ibama, que se propuseram a apresentar dados mais completos.

USINA É A MAIOR PREVISTA EM CINCO ANOS

De acordo com o Plano Decenal de Expansão da geração de energia elétrica, a usina de São Luiz do Tapajós será a maior hidrelétrica leiloada nos próximos cinco anos, com potência de 8 mil Megawatts (MW). Assim como a usina de Belo Monte (11 mil MW), o empreendimento tem interferência em terras indígenas e afeta diversas comunidades, principalmente os munduruku.

Ontem, a fundação indigenista ressaltou em sua nota "que a Portaria Interministerial 419, de 2011, determina um prazo de 90 dias, após o *check list* (entrega completa de dados), para que a Funai apresente a sua manifestação". Ou seja, a Funai terá três meses para analisar o estudo sobre de componente indígena, o que joga esse prazo de avaliação para dias antes da data prevista para o leilão.

Mesmo antes de solicitar a retirada dos estudos de impacto indígena para refazê-los, no dia 14 de julho, a Eletrobras já havia solicitado ao Ibama a licença prévia para a realização do leilão da usina. Procurado, o Ibama informou que essa licença ainda não foi emitida.

Questionado sobre a pendência socioambiental e os prazos para realização do leilão ontem, o MME informou que a "Portaria MME nº 485 [publicada ontem no Diário Oficial], que define as diretrizes para a realização do leilão de compra de energia elétrica proveniente da usina hidrelétrica denominada UHE São Luiz do Tapajós, foi publicada em conformidade com a legislação vigente, atendendo aos prazos de todos os órgãos envolvidos". O ministério trabalha com a contagem do prazo de 90 dias a partir da data de 8 de setembro, quando a Eletrobras protocolou o novo estudo indígena no Ibama. Nessa conta, haveria uma margem de oito dias entre o limite da resposta da Funai e a data prevista para realização do leilão.

O governo corre com o leilão da usina de São Luiz do Tapajós por vários fatores. O primeiro é que a prorrogação da data de entrada de operação da hidrelétrica — prevista para 2019, com oferta para o setor regulado em 2020 — exigiria um esforço maior para a construção de outras usinas no prazo original para dar conta da demanda do país por energia elétrica. Além disso, dada a localização da usina, no meio da Amazônia, existe um fator conhecido como "janela hidrológica", que restringe o período útil de obras a cerca de metade do ano. Assim, um atraso de poucos meses no leilão pode implicar a prorrogação do cronograma de construção em um ano.

AINDA SEM PREVISÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Mas, depois da manifestação da Funai sobre o novo estudo indígena, ainda serão necessárias audiências públicas entre o poder público e as comunidades afetadas, entre os quais índios da região, para que elas sejam ouvidas sobre o impacto do empreendimento. A assessoria de comunicação do Ibama informou que as audiências públicas ainda não foram agendadas.

Em outras usinas da Amazônia construídas recentemente, como Belo Monte, no Rio Xingu, e Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, as audiências foram o ambiente no qual comunidades indígenas e pessoas afetadas em geral puderam manifestar sua posição sobre a construção da hidrelétrica, muitas vezes com alguns conflitos diretos. A proximidade do leilão de São Luiz do Tapajós restringe, portanto, o prazo para manifestação dos afetados.

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da usina, uma espécie de resumo do Estudo de Impacto Ambiental, sua construção deverá atrair para a região cerca de 13 mil trabalhadores no auge da obra. E cerca de 1.400 moradores da região deverão sofrer impacto direto do empreendimento, sendo que 1.100 deverão ser removidos de suas casas. Do total de afetados, 12% se autodeclararam indígenas ou com ascendência indígena, divididos nas etnias mundurukus (51%), apiakás (27%) e sateré-mawé (9%). O Rima prevê ações específicas para estas populações.

No início deste mês, Eletrobras e Secretaria Geral da Presidência da República estiveram reunidos com os munduruku em Itaituba (PA), para tratar do empreendimento e de outras hidrelétricas na bacia do Tapajós. Mas essa consulta não pode ser considerada uma audiência pública formal. Na ocasião, definiu-se um novo encontro no início de novembro. Segundo nota da Secretaria Geral da Presidência, os representantes indígenas solicitaram um encontro com a presidente Dilma Rousseff até a próxima terça-feira. Até ontem, não havia previsão para encontro nesse período na agenda da presidente.

UESLEI MARCELINO/REUTERS/11-6-2013

Afetados. 12% dos atingidos pela obra são indígenas, sendo 51% da etnia munduruku, que protestou contra a usina em 2013

PRINCIPAIS USINAS PREVISTAS ATÉ 2023

Ano	Potência máxima (MW)	Região
Teles Pires 2015	1.819	Norte
Belo Monte 2016	11.000	Norte
Angra 3 (Nuclear) 2018	1.405	Sudeste
São Manoel 2018	700	Norte
São Luiz do Tapajós 2020	8.040	Norte
Jatobá 2021	2.338	Norte
Itapiranga 2021	725	Sul
Bem Querer 2022	708	Norte
Prainha 2022	796	Norte

Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia do Ministério de Minas e Energia

Editoria de Arte

1 de 1 15/09/2014 10:50